
ABORDAGENS DE EMPREGO SETORIAL POR VIA DE DEMANDA E DE RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

Carlos Osório (*)

1 — INTRODUÇÃO

A crescente participação do emprego urbano no emprego total é um fenômeno amplamente conhecido na literatura econômica. 11, 12, 13.

O objetivo deste estudo é analisar as abordagens econômicas do crescimento de emprego por setor — o manufatureiro (M) e o terciário (T) (1). (Por T é entendido o conjunto das atividades heterogêneas que não compreendem M nem as atividades não-urbanas — agricultura e mineração). A argumentação aqui desenvolvida é, quando possível, ilustrada com dados estatísticos, concentrando-se a pesquisa empírica na tendência da década dos anos 60.

Examinam-se, na segunda parte deste estudo, duas das mais famosas abordagens de emprego setorial: por via da demanda e por via das relações de produção. A “abordagem via demanda” é atribuída a Colin Clark, autor de *The Conditions of Economic Progress*. 4, 5, 6. Nessa abordagem, a demanda derivada por trabalho é obtida a partir dos movimentos da demanda por bens finais. A “abordagem via produtividade” é aplicada por

(*) O autor é “master” em Economia pela Rice University, Houston, Texas, U.S.A., coordenador do Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE) e professor do Programa de Mestrado em Economia (PIMES) da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco.

(1) As atividades, grupadas em termos da Classificação Internacional “Standard” de Atividades — “ISIC” — que formam o setor T são construção, utilidades públicas, comércio (grossista e retalhista, bancos e instituições financeiras, seguradoras e imobiliárias), transporte, estoque e comunicação, e os serviços (governamentais, comunitários, de negócio, recreativos e serviços sociais).

Victor Fuchs em *The Service Economy* ⁸ para explicar, por intermédio do progresso tecnológico, as mudanças ocorridas na estrutura de emprego em setores urbanos. Procura-se, a seguir, entender a natureza diferente dos componentes dos empregos agregados de M e T em países subdesenvolvidos, reservando-se a quarta e última parte para sumarizar as conclusões.

2 — AS ABORDAGENS VIA DEMANDA E PRODUTIVIDADE

Pretende-se, aqui, examinar os resultados empíricos de abordagens via demanda e via produtividade, mediante uma revisão sumária das mesmas.

A “abordagem via demanda” de Clark trata da associação (antecipada pela lei de Engel) entre os níveis de renda *per capita* e os diferentes padrões de dispêndio, os quais estão, por seu turno, associados às diversas alocações setoriais da força de trabalho. Nessa abordagem, a renda *per capita* é um índice que é utilizado como um poderoso avaliador sumário do nível da produtividade de uma economia, do seu padrão de consumo, bem como da participação dos diversos setores na alocação do trabalho disponível (2). A “abordagem via demanda” enfatiza o papel das elasticidades-renda do produto setorial na geração de emprego, e obtém a demanda derivada de trabalho em cada setor a partir das perspectivas de demanda final pelo produto setorial. Citando Clark:

“The reason for this growth of the relative number of tertiary producers must largely be sought on the demand side” ⁴, p. 6-7 (13)

A um alto nível de renda *per capita* os produtos de T, segundo Clark, têm as mais altas elasticidades-renda. Os empresários respondem à demanda relativa por produto de T, que é crescente com a renda *per capita*, aumentando a oferta desses produtos. Concomitantemente, a demanda de T por *inputs*, inclusive trabalho, aumenta. Daí, tornar-se maior a participação de T no produto e no emprego.

É a seguinte a previsão de Clark quanto ao emprego setorial:

“... as time goes on and communities become more economically advanced, the numbers engaged in agriculture tend to decline relative to the numbers in manufacturing, which in their turn decline relative to the numbers engaged in services” ⁶, p. 492 (4).

-
- (2) Deve ser mencionado que a elasticidade-renda da demanda é usada por Clark para indicar a alocação da produção. A extensão do argumento para explicar alocação do trabalho é usada em sua formulação original, mas não se constitui em sua tarefa primordial, que é, na verdade, explicar a composição setorial da produção.
 - (3) A razão para esse crescimento do número relativo de produtores terciários deve ser buscada, sobretudo, no lado da demanda (trad. do autor).
 - (4) A medida em que o tempo passa e as comunidades se tornam economicamente mais avançadas, os números referentes à mão-de-obra engajada na agricultura tendem a declinar em relação aos do setor manufatureiro, e estes, por sua vez, em relação aos engajados nos serviços (trad. do autor).

Várias hipóteses simplificadoras são feitas para explicar o emprego setorial a partir das elasticidades-renda da demanda. Em particular, não há mudança tecnológicas, ou tais mudanças, quando há, ocorrem numa mesma taxa, tanto para M como para T. Ademais, as variações de preços relativos são consideradas suficientemente grandes para alterar os efeitos-renda.

A “abordagem via produtividade” de Fuchs, por outro lado, explica a alocação setorial do trabalho por meio do progresso técnico, o qual se associa às mudanças de função de produção. De acordo com a “abordagem via produtividade”, o progresso técnico dos setores, que contribui para as taxas diferenciais de produtividade setorial por trabalhador, é a principal força determinante das tendências da alocação setorial do trabalho. Portanto, a ênfase que a “abordagem via demanda” coloca nas elasticidades-renda para explicar a alocação do trabalho é substituída pela ênfase na produtividade média do trabalho em cada setor. Citando o próprio Fuchs:

“The major explanation for the shift of employment is that output per man grew much more slowly in the service sector than in the other sectors” (5).

A baixa relação “produto por trabalhador” no setor de serviços é, em grande parte, atribuída ao fato de que os serviços se beneficiam menos das crescentes economias de escala. Existem, todavia, outros fatores que influenciam os diferenciais de produtividade contra o setor de serviços. O crescimento menos rápido na qualidade do trabalho terciário é amplamente evidenciado por Fuchs. Além disso, a tendência diferencial do produto por trabalhador-hora não é tão grande quanto a do produto por trabalhador. Outra explicação refere-se à tendência diferencial do capital físico. Fuchs oferece dados relativos aos Estados Unidos, durante décadas recentes, para sustentar sua tese a respeito das tendências diferenciais em economias de escala, homens-hora, qualificação da mão-de-obra e capital, que fazem a tecnologia dos serviços ser relativamente poupadora de capital, isto é, que tornam a tecnologia do M a mais poupadora de trabalho.

A “abordagem via produtividade” centra-se exatamente sobre aquelas variáveis negligenciadas pela “abordagem via demanda” e, em essência, desafia uma das hipóteses simplificadoras de Clark: a de nenhum progresso técnico ou de mesma taxa de progresso técnico para M e T. Fuchs e outros mostraram não só a importância da mudança tecnológica na explicação da distribuição do trabalho, como também duvidaram da importância das elasticidades-renda como variáveis explicativas. Reconhecendo, embora, que os “serviços” podem ter uma elasticidade mais alta do que os “bens”, Fuchs considera que a diferença entre as duas elasticidades não

(5) A melhor explicação para o deslocamento do emprego é a de que o produto por trabalhador cresce muito mais lentamente no setor serviços do que nos outros (trad. do autor).

é bastante grande para explicar o “dramático” deslocamento do emprego em direção aos “serviços” ocorrido em tempos recentes, nos Estados Unidos. Lengellé, com base em estudos de *cross-section* acerca dos padrões europeus de consumo e utilização do trabalho, também sustenta que as elasticidades-renda não são suficientes para explicar o crescimento do emprego nos “serviços”, em comparação com outros setores. ¹⁴, p. 7-18. Ademais, Fuchs e Lengellé indicam que o deslocamento no sentido de T não pode ser atribuído a um deslocamento na composição setorial do produto. Duas tendências foram claramente constatadas pelos estudos desses autores sobre os países desenvolvidos:

- 1) a produção real de M conquistou uma parcela significativamente maior do produto de $M + T$;
- 2) o trabalho tem-se deslocado de outras atividades para as atividades de T.

Tendências geralmente similares foram observadas por Joseph Ramos para a América Latina. ²⁰, p. 146-7. Mostra ele que o emprego setorial não cresceu proporcionalmente ao produto setorial. Enquanto o produto de M cresceu bastante no período do pós-guerra, o emprego em T, no mesmo período, teve a maior taxa de crescimento.

As tendências 1 e 2 anteriormente descritas são confirmadas, respectivamente, pelas tendências, explicitadas nos itens A e B, dos mais recentes dados disponíveis para os países desenvolvidos e subdesenvolvidos:

- A) durante os anos 60, o produto bruto real — a preços de 1963 para os países desenvolvidos e, frequentemente, a preços de 1960 para os subdesenvolvidos — cresce mais rápido em M do que em T, mas há exceções (ver tab. 1) (6)
- B) durante a mesma década, a tendência predominante dos dados sobre emprego, entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, é a de maiores incrementos em T do que em M. A América Latina, como um todo, segue a tendência, principal durante o período 1960/69, em que o crescimento anual é, em média, de 4,4% para o emprego em T e 2,3% em M. ¹⁶ Mas há exceções, tanto nos países desenvolvidos, quanto nos subdesenvolvidos (ver tabela 1) (7).

É importante notar que as duas tendências (A e B) nada dizem, em definitivo, sobre as elasticidades-renda dos bens de T e M, mas mostram

(6) Em 36 países, nove são exceções: Quênia, Colômbia, Filipinas, Tunísia, Luxemburgo, Áustria, Dinamarca, França e Noruega, mas apenas dois deles, Quênia e Áustria, têm taxas anuais de crescimento de T 10% maior do que em M.

(7) As exceções são Nova Zelândia e Japão, entre os países desenvolvidos, e Porto Rico, Irlanda, Grécia, Panamá, Ryukyu, Síria, Coreia do Sul, Formosa e Quênia, entre os subdesenvolvidos.

a fraqueza das hipóteses simplificadoras da “abordagem via demanda” no que respeita à correspondência entre as distribuições da produção e do emprego. A comparação dos dados atinentes às mudanças do emprego e do produto para vários países, disponíveis na Tabela 1, indica que, durante os anos 60, as taxas de crescimento do produto bruto real de M. e T. são frequentemente maiores que as taxas de crescimento de seus respectivos inputs de trabalho; e, também, que a diferença entre as taxas de crescimento do produto bruto e do emprego é maior em M do que em T. Inferre-se diretamente deste fato que a produtividade média do trabalho aumenta mais em M do que em T. Não obstante, a rejeição da tese de Clark sobre a importância das elasticidades-renda com base apenas nas tendências A e B não se justifica, posto que, se T tiver mesmo uma alta elasticidade-renda, o efeito do aumento da demanda de T pode ser compensado pelo aumento relativo de preços dos bens de T. De fato, a Tabela 1 mostra a razão entre as mudanças nos preços de T e as ocorridas nos preços de M, durante a década dos 60, para 34 países — 50% dos quais, subdesenvolvidos. Isso indica uma característica comum tanto aos países desenvolvidos quanto aos subdesenvolvidos: os aumentos nos preços de T são maiores do que os aumentos nos preços de M (8). Esta tendência, associada à tendência A, fornece alguma evidência estatística à simples lei da demanda: o produto setorial cresce mais depressa naquele setor em que os preços relativos caem, a saber, em M. Neste caso, os movimentos de preços podem ter um efeito negativo sobre o consumo e a produção de T, assim como sobre o emprego neste setor.

Uma alta elasticidade-renda de T é inteiramente coerente com o consumo decrescente, se os preços relativos apresentarem mudanças significativas. A medida em que a demanda de T tenda a crescer mais do que a de M, por motivo de renda crescente, sobem os preços dos bens de T. Os efeitos combinados da renda crescente e dos preços crescentes são contrabalançados e, como resultado, a parcela relativa do consumo de T pode decrescer. Do lado da oferta, a divergência de padrões de progresso técnico por setor, favorável antes a M que a T, conduz a aumentos de preços em T, mais rápido do que em M, face ao custo relativamente crescente em T. Para explicar porque os preços de T crescem mais do que os Preços de M. William Baumol¹ p. 41-5-26 aplica uma teoria desenvolvida por John Hicks:¹⁰ Quando os salários de M aumentam por causa da crescente produtividade dos trabalhadores, os salários dos trabalhadores de T também aumentam, como decorrência da “resistência” contra o aumento dos diferenciais de salários, não importando em quanto aumenta a produtividade dos trabalhadores de T. Assim sendo, o custo do trabalho em T aumenta relativamente ao custo do trabalho em M, e os preços de T sobem mais rápido do que os de M.

(8) Os defletores de preços disponíveis são muito rudimentares. Foram obtidos de uma série de produtos setoriais brutos, a preços correntes e constantes. O processo de cálculo consiste no uso da diferença entre as taxas de crescimento a preços constantes e a preços correntes para cada setor. Note-se que apenas quatro países subdesenvolvidos (Quênia, Coreia do Sul, Filipinas e Tailândia), dentre 34 diferentes países, mostraram mudanças de preços em M mais altas que as mudanças de preços em T.

Tabela 1

Crescimento de Emprego, Produto e Preço

Setores: Manufatureiro (M) e Terciário (T)

Taxa Média Anual em % — Período: Década dos 60

Países Ordenados Segundo o PNB Per Capita de 1960	EMPREGO			PRODUTO			PREÇO		
	M	T	T/M	M	T	T/M	M	T	T/M
ESTADOS UNIDOS	2.03	3.34	1.62	5.46	4.46	8.82	1.25	3.18	2.54
CANADA	2.86	4.23	1.48	6.52	4.75	0.73	0.85	3.81	4.48
SUECIA	— 0.25	2.30	— 9.	6.51	4.78	0.74	1.97	4.97	2.52
AUSTRALIA	2.14	3.89	1.82						
LUXEMBURGO				2.88	3.13	1.09	1.63	4.61	2.83
NOVA ZELANDIA	2.86	2.25	0.79						
REINO UNIDO	0.076	0.98	13.	3.09	2.55	0.83	2.41	4.49	1.86
FRANÇA	0.68	2.44	3.60	6.72	7.36	1.10	3.05	4.18	1.37
ALEMANHA (FED.)	0.61	1.09	1.79	5.95	4.08	0.69	1.71	4.50	2.63
DINAMARCA				5.19	5.29	1.01	4.65	7.41	1.59
NORUEGA	0.95	1.86	1.96	5.10	5.29	1.04	3.74	4.21	1.13
BELGICA	0.71	2.00	2.82	6.15	4.51	0.73	2.14	3.81	1.78
FILANDIA				6.29	4.72	0.75	4.88	6.41	1.31
VENEZUELA				7.03	6.18	0.88			
HOLANDA	0.59	2.45	4.16	6.71	4.84	0.72	2.16	6.41	2.97
AUSTRIA	— 0.015	1.52	100.	4.01	4.55	1.13	1.89	5.02	2.66
PORTO RICO	5.23	4.63	0.98						
ITALIA				7.28	5.11	0.70	2.73	5.70	2.09
IRLANDA	2.46	1.13	0.47	6.70	3.31	0.50	3.42	5.30	1.55
ARGENTINA				3.71	2.24	0.60	22.36	25.15	1.12
CHILE				7.98	5.16	0.65	28.17	36.73	1.30
JAPAO	3.93	3.42	0.87						
GRECIA				7.97	7.30	0.92	1.05	3.23	3.08
MALTA	3.41	0.80	0.24						
PANAMA	12.74	6.10	0.48						
MEXICO				8.05	7.12	0.88	3.20	3.91	1.19
ESPANHA	2.60	3.22	1.24	10.25	8.29	0.81	3.58	8.01	2.24
RYUKYU	5.84	4.01	0.69						
GABAO	4.56	8.74	1.92						
PORTUGAL	1.89	2.13	1.13	8.59	6.49	0.76	2.51	3.35	1.33
COLOMBIA				5.48	5.65	1.03	12.44	13.82	1.11
FILIPINAS	2.53	5.22	2.06	4.55	5.46	1.20	3.88	3.61	0.94
BRASIL				4.96	4.54	0.92	60.67	59.90	0.99
TURQUIA				8.29	7.34	0.89	3.84	4.50	1.17
PERU				9.09	7.43	0.82	3.50	10.29	2.94
TUNISIA				5.06	5.21	1.03	2.64	2.48	1.06
SÍRIA	2.96	2.81	0.95						
COREIA DO SUL	11.84	6.22	0.53	15.95	8.96	0.56	16.25	13.77	0.85

Países Ordenados Segundo o PNB Per Capita de 1960	EMPREGO			PRODUTO			PREÇO		
	M	T	T/M	M	T	T/M	M	T	T/M
MARROCOS				3.86	1.31	0.34			
FORMOSA	6.90	6.45	0.93						
CEILAO				5.68	4.56	0.80	0.62	1.20	1.94
QUÊNIA	4.67	1.17	0.25	4.55	6.40	1.41	5.31	1.79	0.34
TAILANDIA				10.56	8.71	0.82	2.39	1.52	0.63
PAQUISTÃO				7.84	7.27	0.93	3.02	3.19	1.06
ÍNDIA				4.99	3.52	0.71	4.52	7.41	1.64
NIGÉRIA				11.61	— 2.52	— 5.00	1.54	9.96	6.46

FONTES: Emprego: YEARBOOK OF LABOUR STATISTICS, 1970, Geneva, International Labour Office, 1971. OCDE — Labour force statistics 1958-1969. Paris, 1970.

Produto e Preço: OCDE — National accounts of OECD countries 1953-69. Paris, 1970.
OCDE — National accounts of less developed countries. 1959-1969.
Paris, 1970.

PNB Per Capita: YEARBOOK OF NATIONAL ACCOUNTS STATISTICS, 1969. New York, United Nations, 1970.

NOTAS: A amostra completa de emprego tem 240 pares de dados distribuídos entre os 26 países. O conjunto de países disponível é menor do que o número desejável, especialmente, porque a maioria dos maiores países subdesenvolvidos está ausente. Isto é devido ao critério de seleção: todos os países nos quais as séries do setor manufatureiro estão separadas das séries dos setores não-urbanos, e onde é possível totalizar os dados de emprego para o setor terciário.

As taxas de crescimento são obtidas como médias geométricas anuais, em percentual, entre os anos extremos do período disponível (frequentemente 1960/69 para países desenvolvidos e 1960/68 para países subdesenvolvidos).

Os produtos são brutos, por setor, reais a preços constantes (de 1963 para países desenvolvidos e, frequentemente, de 1960 para os países subdesenvolvidos).

Dados do Canadá obedecem ao Novo Sistema de Contas Nacionais da O. N. U.

3 — O CASO DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

O emprego em M e T, no item anterior, foi considerado em termos agregados, sem qualquer preocupação com a natureza de seus componentes. Mostrou-se que, durante os anos 60, a importância da absorção de trabalho por T cresceu nos países desenvolvidos e, também, em vários subdesenvolvidos.

As duas tendências, descritas a seguir, — que correspondem, respectivamente, a dados posteriores a 1960 e a séries históricas — servem para indicar que o emprego em T desempenha um papel especial nos países subdesenvolvidos.

A Tabela 2 mostra que a participação do T no emprego de M + T situa-se no intervalo 60% — 80%, não importando quão alta seja a renda

per capita (9). Ademais, a participação de T não depende da renda *per capita* dos países (10).

David Turham, 26, p. 131 com base nos dados de emprego relativos à Europa Ocidental e aos Estados Unidos no século XIX, e na moderna experiência dos países subdesenvolvidos, conclui que, em contraste com a experiência histórica dos países desenvolvidos no século XIX — nos quais o emprego em M expandiu-se consideravelmente (11) — é T que tem absorvido mais força de trabalho nos países subdesenvolvidos de hoje (12). Parece que os países subdesenvolvidos queimam a etapa de desenvolvimento onde o crescimento do emprego em M predomina, comparativamente ao crescimento do emprego em T.

A maior importância de T no processo de absorção de trabalho nos países subdesenvolvidos parece contradizer Clark, que predizia o alto crescimento do emprego em T no estágio avançado de desenvolvimento, 6, p. 492. Duas explicações básicas para esse fenômeno de países subdesenvolvidos são sugeridas abaixo:

A primeira está relacionada diretamente com o que a “abordagem via produtividade” enfatiza, isto é, com o diferencial de progresso técnico em favor de M. Os avanços técnicos nos países subdesenvolvidos têm-se caracterizado pela adoção de tecnologia poupadora de trabalho em M, oriunda dos países desenvolvidos. Assim, a experiência dos países desenvolvidos, tal como explicada pela “abordagem via produtividade”, é também essencialmente aplicável aos países subdesenvolvidos.

A segunda explicação, que é desenvolvida a seguir, está relacionada com a primeira. Refere-se ao baixo incremento na demanda por trabalho gerado pelo crescimento da produção de M, a partir da tecnologia moderna, e ao deslocamento da força de trabalho, que se infiltra nas atividades de T.

(9) Há apenas cinco exceções em 31 países, e 4 dessas exceções são países subdesenvolvidos, nos quais a participação de T vai além de 80%.

(10) Note-se, por exemplo, como a participação de T no emprego de $M + T$, referente à América Latina, está próxima da referente aos Estados Unidos (respectivamente, 75% e 73% para o ano de 1969).

(11) Cf. a participação declinante de T no emprego urbano dos Estados Unidos, nas considerações de Easterlin 7, p. 358.

(12) Um exemplo da importância crescente do setor T é dado pela comparação, referente ao último meio século, da absorção de trabalho no Estados Unidos e na América Latina. O alto crescimento da participação de T no total da força de trabalho é compensado pelo decréscimo da participação não urbana (agricultura e mineração) nos Estados Unidos e, também, na América Latina. Enquanto que as participações de M mantêm-se bastante estáveis, em torno de 14%, para a América Latina, no que respeita aos Estados Unidos, são ligeiramente ascendentes até os anos 50 e daí por diante levemente descentes. Fontes dos dados originais EEUU 8, p. 19; Am. Latina 21, p. 167, tab 3.

Durante o processo de influxo de força de trabalho para as áreas urbanas, a remuneração dos trabalhadores fabris é muito mais alta do que a dos trabalhadores das áreas rurais, tendendo a diferença a ser maior quanto menos desenvolvida for a economia. Esse diferencial de renda é uma importante razão da alta migração para as áreas urbanas nos países subdesenvolvidos.

O modelo de Michael Todaro acerca de migração rural-urbana indica de que modo a oferta de trabalho urbano dos países subdesenvolvidos se expande, em função da expectativa de um diferencial de renda real.^{9, 24, 25.} O diferencial é igual ao valor presente da renda esperada para o resto da vida na cidade, menos o valor presente da renda esperada para o resto da vida no campo, no momento da migração. Se as expectativas acima são positivas, a migração rural tem lugar.

Os migrantes de baixa qualificação técnica não são, em geral, absorvidos pelo segmento de M composto de fábricas, por causa da tecnologia quase sempre intensiva em capital, a qual requer, usualmente, trabalho altamente qualificado. Por outro lado, é também difícil encontrar trabalho no segmento artesanal de M nas áreas urbanas, por causa de sua importância declinante na produção total de M. Isto é descrito na literatura convencional do processo histórico de desenvolvimento. Gunnar Myrdal chega a sugerir um nítido efeito *backwash*, que é o efeito negativo sobre o emprego em M, que novas fábricas induzem por via do esfacelamento dos pequenos competidores do segmento artesanal de M.¹⁵ Uma vez que os migrantes de baixa qualificação têm sua entrada obstruída em ambos os segmentos de M, o artesanal e o fabril, não há outra alternativa senão a infiltração naquelas atividades terciárias de toda a sorte de ocupações de baixa produtividade. Portanto, certas atividades de T constituem a primeira, senão a permanente "economia hospedeira" para a maioria dos migrantes do campo. A este fluxo para T somam-se os artesões que perdem seu emprego em consequência da expansão da produção fabril.

As atividades maximizadoras do lucro requerem que o titular de um "emprego assalariado (13) produza, na margem, pelo menos o valor correspondente ao "salário mínimo". Este requisito não é necessário no "auto-emprego" (14). Assim, a inflexibilidade para baixo do salário mínimo, fixado pela legislação trabalhista para o emprego assalariado, em contraste com a flexibilidade de remuneração no auto-emprego, é uma importante

(13) "Emprego assalariado" é a forma simples de indicar a categoria de "emprego remunerado com salário ou ordenado". Há outras categorias de emprego, classificadas de acordo com a forma de remuneração, segundo a Organização Internacional do Trabalho: "empregados e trabalhadores por conta própria", "trabalhadores domésticos" e "outros de situação desconhecida". A última categoria inclui eventualmente recém-chegados ao mercado de trabalho e cifras de desemprego.

(14) "Auto-emprego" significa emprego por conta própria ou em unidades familiares de produção, ou então de situação desconhecida. Para análises empíricas das atividades de serviços com base na classificação do trabalho segundo a forma de remuneração, ver estudos de Bhalla 2,3.

razão para o encobrimento de sub-emprego nas estatísticas de auto-emprego. Este argumento não diz que o auto-emprego seja sinônimo de sub-emprego (15). Objetiva, antes, propor alguma explicação para a seguinte evidência empírica.

Os dados apresentados na Tabela 3 sobre a participação do emprego assalariado em M e T, revelam que a renda *per capita* parece estar positivamente correlacionada com o emprego assalariado. Assim, à proporção que a renda *per capita* vai declinando, no rol dos países, a importância relativa do auto-emprego (em contraposição ao emprego assalariado) aumenta em ambos os setores, M e T (16).

A comparação entre os dados das Tabelas 3 e 2 revela que uma proporção muito mais alta de auto-emprego em país subdesenvolvido situa-se nas atividades de T, e não nas atividades de M.

O estudo de Taira qualifica essa informação, indicando que, nos países subdesenvolvidos, ao contrário do que acontece com as economias desenvolvidas, o auto-emprego, em média, é menos produtivo do que o emprego assalariado. ²³, p. 298 (17).

Uma vez que o auto-emprego se verifica principalmente em T, é este setor que abriga as ocupações de menor produtividade. A infiltração de auto-empregados de outros setores nas menos produtivas das ocupações de T alonga a cauda inferior da distribuição estatística de produtividade de trabalho urbano nos países subdesenvolvidos.

Um ponto de política econômica surge da discussão precedente sobre a natureza dos componentes dos empregos setoriais: É o da importância de T para as perspectivas de emprego. Espera-se que o T agregado continue crescendo rapidamente, por causa da tecnologia poupadora de trabalho do segmento fabril de M, e da expectativa do diferencial de renda entre a cidade e o campo. Parte considerável do rápido crescimento de T se explica pela inclusão de auto-emprego e, assim, do sub-emprego. Portanto, as taxas de emprego setorial estão enviesadas para cima. Poderiam ser revistas se se considerar a natureza dos componentes de emprego. Nesse caso, metas de emprego ganhariam sentido.

(15) De um lado, entre os titulares de auto-emprego existem aqueles cujo valor da produtividade supera o salário mínimo, de outro, alguns detentores de emprego assalariado, a despeito de trabalharem em tempo integral, produzem menos do que o valor do salário mínimo.

(16) A parcela do emprego assalariado em M, nos Estados Unidos e no Canadá, por exemplo, já atingiu o nível em que virtualmente todos os trabalhadores são assalariados; cerca de 98% no ano de 1970.

(17) Para a confirmação dos resultados de Taira, ver o estudo de Smith ²².

Tabela 2

Participação Terciária na População Economicamente Ativa dos Setores Manufatureiro e Terciário
Dados de Após 1960

POP. ECON. ATIVA % de T em M+T	%	(0-200)	ANO	%	(200-500)	ANO	%	(500-1000)	ANO	%	1000-2000	ANO	%	(2000-)	ANO
100-80	88	Gabão	63	88	Ryukyu	69									
				86	Panamá	60									
				81	Brasil	60									
80-70	80	Síria	60	77	Filipinas	65	74	Chile	60			76	Canadá	70	
	79	Síria	68	75	Malta	57	73	Irlanda	66			73	Canadá	60	
	78	Formosa	56	75	Am. Latina	69						73	Est. Unidos	69	
	74	Coréia	68												
70-60	64	Índia	61	68	Japão	65	69	Argentina	60	69	N. Zelândia	66			
				66	México	60	66	Holanda	60	68	Austrália	66			
				64	Portugal	60	62	Áustria	61	68	França	68			
							61	Espanha	69	68	Noruega	60			
										66	Dinamarca	65			
										64	Suécia	65			
										63	Reino Unido	66			
										62	Luxemburgo	66			
										61	Bélgica	61			
60-0										57	Alem. Fed.	60			

NOTA : As grandezas entre parênteses indicam a classe de cada país em termos de PNB per capita em US\$ de 1960.

FONTES: YEARBOOK OF LABOUR STATISTICS 1970. Geneva, International Labour Office, 1971; para a América Latina toda: Nações Unidas — CEPAL. Economic survey of Latin America 1968. New York, 1970; para PNB per capita: YEARBOOK OF NATIONAL ACCOUNTS STATISTICS, 1969. New York, United Nations, 1970.

Tabela 3

**Estrutura de Emprego dos Setores Manufatureiro (M) e Terciário
(T) por Forma de Remuneração**

Dados de Após 1960

PAÍSES	ORDENADOS 1) PNB	SEGUNDO Per Capita de 1960	ANO	EMPREGADOS ASSALARIADOS (EM %)	
				M	T
Estados Unidos			1969	98.7	89.8
Estados Unidos			1960	92.4	83.6
Canadá			1970	97.6	89.1
Canadá			1961	94.6	87.7
Suécia			1965	95.0	90.0
Austrália			1966	94.7	85.1
Luxemburgo			1966	91.4	81.1
Nova Zelândia			1966	95.4	88.4
Reino Unido			1966	96.5	88.0
França			1968	92.1	80.0
Alemanha Fed.			1961	91.9	84.5
Dinamarca			1965	90.2	83.6
Noruega			1960	92.6	88.3
Bélgica			1961	90.6	87.6
Holanda ..			1960	92.1	82.3
Áustria			1961	89.4	85.4
Irlanda			1966	91.2	81.9
Argentina			1960	74.9	74.1
Chile			1960	76.1	73.1
Japão			1965	85.8	73.2
Malta			1957	82.0	74.3
Panamá			1960	60.4	66.5
México			1960	81.5	73.5
Espanha			1969	84.1	75.9
Ryukyu			1969	77.8	77.0
Gabão			1963	...	64.8
Portugal			1960	85.5	77.4
Filipinas			1965	53.4	51.7
Brasil			1960	86.8	70.9
Síria			1968	64.3	42.7
Síria			1960	74.2	44.0
Corréia do Sul			1968	67.5	51.4
Formosa			1956	71.5	45.9
Índia			1961	35.4	45.9

FONTES: YEARBOOK OF LABOUR STATISTICS 1970. Geneva, International Labour Office, 1971.

4. CONCLUSÕES

As principais conclusões obtidas da análise da evolução recente da distribuição de emprego entre o setor manufatureiro e o setor terciário, e da discussão das abordagens econômicas dos determinantes do crescimento setorial de emprego, são as seguintes:

a) A tendência predominante nos países desenvolvidos é a de maior crescimento de emprego terciário do que de emprego manufatureiro. Essa tendência é também visível nos subdesenvolvidos, embora com exceções.

b) A evidência empírica mostra que a renda *per capita* como um índice da demanda não serve para indicar a alocação de trabalho entre os setores manufatureiro e terciário. Elasticidades- renda de demanda, também usadas pela "abordagem via demanda", parecem ser contrabalançadas por efeitos-preço.

c) A elevada participação do emprego terciário e seu rápido crescimento em países de níveis diferentes de produtividade são explicados através do progresso tecnológico em favor do setor manufatureiro. O progresso tecnológico nos setores contribui para taxas diferenciais de produtividade setorial por trabalhador. No decorrer dos anos 60, a produtividade média do trabalho cresceu mais no setor manufatureiro do que no terciário, tanto em países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos.

d) A grande importância do setor terciário no processo de alocação de trabalho em países subdesenvolvidos explica-se basicamente pela forma do avanço tecnológico, que tem sido caracterizada pela adoção de tecnologia poupadora de trabalho no setor manufatureiro. O reduzido crescimento da demanda por trabalho manufatureiro, gerado pelo aumento da produção manufatureira, causa a filtração para as atividades terciárias, tanto da força de trabalho que migra dos setores rurais, baseada na expectativa de um diferencial de renda a favor do setor urbano, quanto da força de trabalho que é expelida pelo segmento artesanal, que vê declinar sua participação no setor manufatureiro. O estudo da natureza diversa do emprego de cada setor torna perceptível a causa da filtração do excedente do fator trabalho para o setor terciário.

5. BIBLIOGRAFIA

- 1 — BAUMOL, W. Macroeconomics of unbalanced growth: the anatomy of urban crisis. *American Economic Review*, Illinois, 57 (3):415 - 26, June 1967.
- 2 — BHALLA, A. A. disaggregative approach to IDCs tertiary sector. New Haven, Economic Growth Center of Yale University, 1970. (Center Discussion Paper, 96).

- 3 — The role of service in employment expansion. *International Labour Review*, Geneva, 101 (5) 519-39, May 1970.
- 4 — CLARK, C. *The conditions of economic progress*. London, Mac-Millan, 1940.
- 5 — 2 ed. London, Mac-Millan, 1951.
- 6 — 3 ed. London, Mac-Millan, 1957.
- 7 — EASTERLIN, R. Discussion "paper" of Gallman, R. & Weiss, T. Service industries in the nineteenth century. In: FUCHS, V. ed. *Production and productivity in service industry*. New York, National Bureau of Economic Research, 1969.
- 8 — FUCHS, V. *The service economy*. New York, National Bureau of Economic Research, 1968, 280 p.
- 9 — HARRIS, J. & TODARO, M. Migration, unemployment and development; a two sector analysis. *American Economic Review, Illinois*, 60 (1): 126-41, Mar, 1970.
- 10 — HICKS, J. Economic conditions of wage policies. In: *Essays in the world economics*. Oxford, Clarendon Press, 1959.
- 11 — KUZNETS, S. *Economic growth of nations*. Cambridge, Mass, Harvard University Press, 1971, 366 p.
- 12 — *Modern economic growth*. New Haven, Yale University Press, 1966, 529 p.
- 13 — *Toward a theory of economic growth*. New York, Norton & Co., 1968.
- 14 — LENGELLÉ, M. Growth of the commerce and service sector in western Europe. In: INTERNATIONAL SEMINARS, 2. Paris, 1966. *Manpower problems in the service sector*: supplement to the report. Paris, OECD, 1966, p. 7-81.
- 15 — MYRDAL, G. *Asian Drama*. London, The Penquin Press, 1968.
- 16 — NAÇÕES UNIDAS. CEPAL. *Economic survey of Latin América 1978*. New York, 1970, Tab. 1-21, 1-22.
- 17 — OCDE. *Labour force statistics. 1958-1969*. Paris, 1970.
- 18 — *National accounts of less developed countries 1959-1969*. Paris, 1970.
- 19 — *National accounts of OECD countries 1953-1969*. Paris, 1970.
- 20 — RAMOS, J. *Labor and development in Latin America*. New York, Columbia University Press, 1970.
- 21 — SLAWINSKI, Z. Structural changes in employment within the context of Latin America's economic development. *Economic Bulletin for Latin America*, New York, 9 (1) Mar. 1964.

- 22 — SMITH, A. Minimum wages and income distribution with special reference to developing countries. *International Labour Review*, Geneva, 96 (2) Aug. 1967.
- 23 — TAIRA, K. Wage differential in developing countries; a survey of findings. *International Labour Review*, Geneva, 93 (3) Mar. 1966.
- 24 — TODARO, M. Income expectation, rural-urban migration and employment in Africa. *International Labour Review*, Geneva, 104 (5), 1971.
- 25 — A model of labour migration and urban unemployment in less developed countries. *American Economic Review*, Illinois, 59 (1): 138-48, Mar. 1969.
- 26 — TURNHAM, D. *The employment problem in less developed countries*. Paris, OECD, 1971.
- 27 — YEARBOOK OF LABOUR STATISTICS 1970. Geneva, International Labour Office, 1971. Tab. 2, 3.
- 28 — YEARBOOK OF NATIONAL ACCOUNTS STATISTICS 1969. New York, United Nations, 1970.

SUMMARY

The growing share of the urban employment in the total employment is a phenomenon widely discussed in the economic literature. The objective of the present study is to analyze its economic approaches by sector — the manufacturing sector (M) and the tertiary sector (T). (T stands for set of heterogeneous activities that are neither encompassed by M nor by non-urban activities, such as agriculture and mining). The argumentation is, as much as possible, supported by statistical data, and the empiric research concentrates itself in the trends of the sixties.

Two of the most famous approaches are examined in the second part of this paper: the one through the demand and the one through productivity relation. The "demand approach" is ascribed to Colin Clark, author of *The Conditions of Economic Progress*. According to such approach, the demand derived from work is obtained from the movements of the demand for the demand for final goods. The "approach through productivity" is used by Victor Fuchs in his *The Service Economy*, in order to explain the changes which have occurred in the employment structure in the urban sectors due to the technological progress. Next the different nature of the components of the employments related to M and T in underdeveloped countries is examined, and the fourth and last part summarizes the conclusions.